

**RESOLUÇÃO Nº 28/1999**  
(Publicada no Diário Oficial de 30/12/1999)

Alterada e ratificada pela Resolução nº 05/01.

**Habilita a PLASTRELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., aos benefícios do BAHIAPLAST.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO BAHIAPLAST, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 1100990026783,**

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Considerar a PLASTRELA NORDESTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, indústria de transformação plástica, exercendo atividade econômica enquadrada na CNAE-FISCAL sob o código 252-4/00, habilitada aos benefícios do BAHIAPLAST, nos termos do art. 7º e 9º, do Decreto nº 7.439, de 17.09.98, relativos à:

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 05, de 09/04/01, DOE de 05/05/01.

**Redação original, efeitos até 04/05/01:**

*"Art. 1º Considerar "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a PLASTRELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, indústria de transformação plástica, inscrita sob o código de atividade econômica nº 2521-6/00, habilitada aos benefícios do BAHIAPLAST, nos termos do art. 7º e 9º do Decreto nº 7.439, de 17.09.98, relativos à:*

*I - Crédito presumido - fixa em 41,1765% do imposto destacado o percentual a ser utilizado pela PLASTRELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, nas saídas para o mercado estadual e em 50% nas operações de saídas interestaduais de filmes técnicos e embalagens para acondicionamento de frangos*

*II - Diferimento - nas aquisições de polietileno de estabelecimentos industriais inscritos no CAD-ICMS, sob o código de atividade econômica nº 2431-7/00."*

**I** - crédito presumido - fixa em 41,1765%. do imposto destacado, o percentual a ser utilizado pela PLASTRELA NORDESTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, nas saídas para o mercado estadual e em 50% nas operações de saídas interestaduais de sacarinas plásticas e bobinas tubulares;

**II** - diferimento - nas aquisições e resinas termoplásticas, de estabelecimento industriais enquadrados na CNAE-FISCAL sob o código de atividade econômica 2431-7/00.

**Art. 2º** O prazo dos presentes benefícios contar-se-á do início da produção e vigorará até 31 de dezembro de 2007, prazo final para concessão do incentivo.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de dezembro de 1999.

**BENITO GAMA**  
Presidente